

Seminário “Povos de Calabar”
Casa das Áfricas – 05 de maio de 2006

Povos de Calabar

Por

Cristiane Benjamim Santos (cbenjamim@usp.br)

Dafne Cristine Zanoni (dafnezanoni@hotmail.com)

Márcia Santos Duarte de Oliveira (marcia.oliveira@usp.br)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. DIRIGINDO UM OLHAR ...

2.1. Povos de Calabar

2.2. Aspectos da Estrutura Social

2.3 Aspectos da Cultura Ideológica

2.3.1. Etno-estética

2.4. Aspectos do Sistema Religioso Político

2.4.1. Matrimônio

2.4.2. Funeral

2.5. Aspectos do Sistema Lingüístico

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

Neste seminário, compartilhamos em conjunto nossa experiência individual (e ao mesmo tempo coletiva) de “olhar” uma área do sudeste da Nigéria (Oeste da África) que aqui denominamos “povos de Calabar”.

Antes de iniciarmos, gostaríamos de agradecer a grupos e pessoas que, de muitas maneiras, são parte deste nosso “olhar”.

Como integrantes do Grupo de Estudos de Línguas Africanas da Universidade de São Paulo (GELA) agradecemos o incentivo da Profa. Dra. Margarida Tadonni Petter (coordenadora do GELA), do Departamento de Lingüística e do Departamento de Letras

Clássicas e Vernáculas, onde desenvolvemos nossos estudos e pesquisas, atuando ainda na docência (Márcia Oliveira).

Agradecemos o espaço aberto pelos coordenadores e integrantes da “Casa das Áfricas” que nos permitem expor aspectos culturais desta área da África ainda tão pouco conhecida dos brasileiros. Márcia Oliveira agradece especialmente aos coordenadores da “Casa das Áfricas”, na pessoa da Profa. Daniela Moreau, pelo apoio à sua última viagem na área dos “povos de Calabar”, quando a instituição adquiriu peças de um artista local, ratificando assim seu alto grau de envolvimento em divulgar e apoiar etnias africanas.

Nossos agradecimentos aos amigos de Akwa Ibom e ao “Department of Linguistics and Nigerian Languages” –Universidade de Uyo (Nigéria) – na pessoa dos Professores Doutores Imelda Udoh, Eno-Abasi Urua, Escor Udosen e do Prof. Mfom Udoinyang por todo o apoio recebido, dentro e fora da Nigéria.

Nosso “muito obrigada” a nossos queridos familiares. Simplesmente seria impossível nossas pesquisas e viagens sem seu apoio irrestrito.

Os tópicos que se seguem resultam de investigações etnolingüísticas no estado de Akwa Ibom, Nigéria, iniciadas com os trabalhos de campo de Márcia Oliveira nos anos de 1995, 1996/97, 2000, 2003¹ e com a viagem de campo mais recente em 2006². As investigações etnolingüísticas nesta área da África alargaram-se recentemente com a participação de Cristiane Benjamim Santos e Dafne Zaroni na “Primeira Conferência de Lingüística Africana na Universidade de Uyo” – ver BENJAMIM SANTOS (a sair) e ZANONI (a sair). Nesta ocasião, Cristiane e Dafne fizeram suas primeiras investigações em área: Cristiane estuda um aspecto morfossintático da variante Annang: as “marcas de pessoa”; Dafne desenvolve projeto sobre oralidade, enfocando provérbios em Ibibio.

Neste seminário, abordaremos alguns dos aspectos culturais que presenciamos em campo, recorrendo a OLIVEIRA (2005: cap.1). Ratificamos que este é um recorte inicial de um projeto editorial que visa a apresentar essa área nigeriana ainda pouco conhecida pelos brasileiros. Esperamos que este seminário não sirva apenas como ponto

¹ As viagens de campo mencionadas, bem como os trabalhos desenvolvidos, resultaram na tese de doutorado, defendida no Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DL/ FFLCH – USP). A tese foi publicada em 2005 – ver Oliveira (2005).

² A viagem de campo de 2006 incluiu a participação na organização da 1ª Conferência em Línguas Africanas da Universidade de Uyo e na participação do Congresso com a apresentação de um dos “lead papers” intitulado: “Study of Question Sentence Types in Ibibio: Emphasis on WH Questions” a ser publicado – ver Oliveira (a sair).

de partida para um melhor entendimento desta área da Nigéria, mas que aponte ainda para um fato, a ser melhor investigado: a influência dos “povos de Calabar” na constituição do Novo Mundo, uma vez que estes povos participaram da diáspora.

2. DIRIGINDO UM OLHAR ...

2. 1. Povos de Calabar

Dr. Escor: _Vocês estão trabalhando?
Cristiane : _Estou coletando dados
Reverendo Okon: _Somos os seus informantes.
Dr. Escor: _ Ibibios.
Inimbom _ Eu sou Annang!

A República Federativa da Nigéria, que se tornou independente do Reino Unido em 1º de Outubro de 1960, tem atualmente 36 estados, e um Distrito Federal, Abuja. A área total é de 923.768 km²; a população local é estimada de 133.881.703 milhões de habitantes, o que torna este país um dos mais populosos do continente africano.

Um fato importante a ser dito inicialmente é que a Nigéria é um país multiétnico. A literatura atesta a existência de 373 grupos étnicos e 515 línguas faladas no país, sendo o Inglês a língua oficial – UDOH, (2004:15).

Em campo, percebemos que este sistema multiétnico e multilingüístico, especificamente a área da Nigéria que enfocamos neste seminário, pode ser observado: (i) através de uma visão ética – observações genéricas de alguém do lado de fora de um sistema –, (ii) através de uma visão êmica – observações de alguém de dentro de um determinado sistema. Contextualizando, no norte da Nigéria as pessoas olham para a região que compreende os estados de Akwa Ibom e Cross River e denominam o conjunto de povos ali existentes de “povos de Calabar” (visão ética). Já, povos dos estados de Akwa Ibom e Cross River (cerca de 19), através de uma visão êmica, não se reconhecem como um único grupo. Observe o diálogo acima, que introduz esta seção, e perceba que entre os “povos de Calabar”, as pessoas não se reconhecem como uma unidade. Eles se intitulam como Annangs, Efiks, Ekets, Ibibios, Orons e outros – ver quadro “Ibibiod” na seção (2.5)

Poderíamos nos referir a este conjunto de povos como “Ibibiolândia”, “Anannglândia” ou ainda “Efiklândia”: uma área de diversas tribos que consideramos como unidade (nossa visão ética), a partir de nossas experiências mais próximas com pessoas ibibias, annangs e efiks. No entanto, a abordagem que queremos tomar aqui da “Ibibiolândia” (generalizando os termos) tem um sentido que considera o aspecto

ênico, pois, em campo, vivenciamos experiências que nos demonstram a não existência dessa unidade. Exemplificando, ao introduzirmos uma pessoa, não deixando claro a sua etnia, ou associando-a a uma outra distinta da sua, ela é incisiva: apresenta-se como grupo étnico ao qual pertence. É importante ressaltar que a noção de Estado, para esses povos, não é a mais relevante, mas sim, a noção de grupo étnico.

Essa abordagem inicial justifica nossa escolha do título “povos de Calabar”, que será empregado neste texto. Não queremos nos comprometer em descrever aspectos étnico-histórico-político-sociais e antropológicos como pertencentes a um grupo homogêneo, pois temos consciência de que o valor africano dado ao conceito de etnia vai muito além do que nós pesquisadoras pudemos captar em campo até então. Ratificamos ainda que ao nos referirmos a “povos de Calabar”, não queremos dizer povos que habitam a cidade de Calabar (primeira capital da Nigéria), mas a uma referência de visão ‘ética’, em comum, dada a povos desta área do país.

2.2. Aspectos da Estrutura Social

Os “povos de Calabar” enquadram-se em sistemas unilineares formados por grupos corporativos como linhagem e clã. Clãs e linhagens são uma organização social como a família nuclear é uma organização social para nós brasileiros. OLIVEIRA (2005), em revisão de literatura antropológica africana, aponta que os clãs, como um grupo corporado de parentes, possuem ritos que possibilitam a identidade de seus membros. Entre os “povos de Calabar”, que são organizados em linhagens, há uma severa proibição de casamento entre seus membros – “exogamia”.

Ressaltamos que há uma forte associação desses povos com o lugar físico a que pertencem, logo, a importância da aldeia e da área da família para todas essas pessoas.

Os estudos antropológicos demonstram que a estrutura social é a mais resistente às mudanças na vida social de um povo. A observação dos “povos de Calabar” ratificam este fato. Mesmo em meio a tantas mudanças, advindas, primeiramente, com o colonialismo europeu no século XIX e, depois, com a independência da Nigéria, essas pessoas continuam se estruturando socialmente por meio de um sistema de “descendência patrilinear”.

Estes grupos sociais devem ser entendidos como uma “corporação” constituída por:

- (I) família nuclear (pai, mãe, filhos) e família de procriação (marido, mulher e filhos);

- (II) sublinhagem (geralmente a sublinhagem se organiza por meio da poligamia);
- (III) família extensa ou linhagem, composta basicamente por três gerações ascendentes formadas por irmãos e meio-irmãos;
- (IV) aldeia (diferentes famílias extensas – linhagens – que vivem em um mesmo ambiente físico e dividem entre si um único governo).

Cada uma das estruturas sociais acima está ligada ao conceito atuante de liderança e chefia. Os chefes /anciãos formam os concílios das aldeias, dos subclãs e dos clãs. OLIVEIRA (op. cit.), citando Offiong (1984), diz que o chefe da família é comumente o homem mais velho da família extensa. O chefe da aldeia é selecionado dentre os anciãos de várias famílias extensas. Os anciãos, ou chefes, são essencialmente os representantes dos ancestrais, de modo que a surpreendente autoridade doméstica que esses homens exercem se deve à sua posição de intermediários entre suas famílias e os ancestrais.

Atualmente, o termo “ancião” não significa mais necessariamente “homem mais velho”. Segundo Offiong (op. cit.), um fato preocupante é a explosão de títulos de ancião /chefe entre os “povos de Calabar”³. Estes títulos têm sido distribuídos a membros de famílias de intelectuais e de posses e são equivalentes, em nossa sociedade, aos títulos de “Doutor Honoris Causa”.

Mesmo em meio às grandes mudanças ocorridas com a colonização européia e, mais recentemente, com a implantação do Estado Nigeriano e sua engenharia política, os anciãos continuam exercendo um papel fundamental em toda a estrutura social dos “povos de Calabar”. Este papel é apresentado sucintamente a seguir.

Os estados nigerianos são agrupados em zonas Geo-Políticas. Cada estado possui um conjunto de áreas governamentais, que, por sua vez, são compostas por cidades e aldeias. A hierarquia do sistema político nigeriano pode ser apresentada da seguinte forma: (i) um Governo Federal, chefiado pelo Presidente; (ii) Governos Estaduais chefiados pelos Governadores; (iii) Governos Locais que possuem dois tipos de lideranças: (a) política, representada pelos “cônsules”, (b) “paramount rulers”, representantes de um conjunto de anciãos. Logo, não há como dissociar o poder político central dos poderes políticos centrados nas linhagens nesta área do país (e, possivelmente, em todo o país).

³ Offiong (1984) se refere aos ibíbios. Nossa observação da área nos permite dizer que este é um fato que ocorre entre os “povos de Calabar”.

2.3 Aspectos da Cultura Ideológica

2.3.1. Etno-estética

Ao se falar em conceitos estéticos entre os “povos de Calabar”, não se pode esquecer de mencionar a importância que este povo dá à indumentária feminina principalmente. Neste tópico, apresentaremos uma rápida descrição da vestimenta masculina e feminina.

As mulheres casadas, comumente, vestem-se de modo bem tradicional. Usam a “rapa”, um pano comprido, enrolado ao corpo em forma de saia e também os panos e turbantes na cabeça. Ao saírem de casa, devem usar “duas rapas”; a de baixo, servindo como uma espécie de anágua. Os quadris e partes íntimas devem ser muito bem cobertos, embora os seios não sejam consideradas área de atrativo sexual. Por tal razão, dentro das aldeias, é comum encontrar mulheres nuas da cintura para cima ou mesmo apenas de sutiã.

Uma das indumentárias femininas mais comuns e desejadas por uma mulher da região são as “rapas” de panos bem grossos e tecidos com fios brilhosos e bordados, geralmente importados de países orientais como a Índia. Esses tecidos são chamados, em todo o sudeste da Nigéria, de “George material”.

Além de “George material”, os seguintes tecidos são os mais apreciados: “lace” (cotton, global, internet, paper), “wax” (veritable, hollandias) e “super print”.

As roupas tradicionais são muito usadas nos eventos sociais como os cultos religiosos, os casamentos e enterros. No entanto, no dia-a-dia, as roupas ocidentais ganham espaço cada vez maior, principalmente entre os jovens.

As “rapas” também são usadas pelos homens, mas somente em casa. Nos eventos, os anciãos usam-nas, diferenciando-se das mulheres quanto à forma de prendê-las ao corpo.

As pessoas dessa área atribuem valor importante à indumentária da cabeça. Para as mulheres, os lenços, os “canopies” (panos grandes, engomados, amarrados em forma de turbantes) e chapéus, bem como o uso de perucas, apliques ou trançados em seus cabelos é notável. Ressalta-se que as mulheres, em todo o sudeste da Nigéria, não podem adentrar a um templo religioso (cristão) sem um pano na cabeça. Os homens, principalmente os mais velhos, usam chapéus (ou “gorros”) em eventos tradicionais o que identifica a etnia a qual pertencem.

2.4. Aspectos do Sistema Religioso Político

2.4.1. Matrimônio

O matrimônio trata-se do contrato social de um homem com uma ou mais mulheres, visando à cooperação econômica, ao contato sexual e à reprodução social, além de troca de privilégios sociais⁴. Consideramos relevante apresentar a descrição do ritual de casamento tradicional entre os “povos de Calabar” (parte essencial do matrimônio entre esses povos). Abaixo, a fim de conceituarmos esse ritual, apresentar seus estágios e a cerimônia em si, citamos OLIVEIRA (2005: 32-36) e sua descrição do matrimônio ibibio:

“O matrimônio ibibio é homologado por um extenso ritual de casamento que pode durar de alguns meses a alguns anos. É, de fato, um “processo” que só vai ser concretizado com o nascimento do primeiro filho homem: ákpán. Entre os ibibios, nada pode ser considerado mais triste do que uma mulher casada que não tem filhos. Ela é motivo de zombaria entre a linhagem do marido e motivo de vergonha para a sua linhagem. Na maioria dos casos, é repudiada pelo marido.

A seguir, enumero os principais estágios do “casamento”⁵.

Estágios do Casamento Ibibio

1. Estágio preparatório – (1) investigação feita pela família do “noivo”; (2) consulta à família da “noiva”; (3) investigação feita pela família da “noiva”; (4) as duas famílias se movem para a “consulta oficial” ⇒ o casamento tradicional.

A investigação, principalmente por parte da família do noivo, é uma verificação sobre toda a sublinhagem e linhagem da moça que o filho pretende desposar.

2. Casamento tradicional – *ndó !kídó Ìbìbìò*: haverá uma festa com vários rituais, no casamento tradicional. No entanto, este casamento tradicional ocorre também em etapas: (1) uma lista prévia é dada para o representante da família do noivo; (2) é fixado uma data para o pagamento do “preço da noiva”⁶; (3) pagamento do “preço da noiva” (geralmente, nesse dia, se permite que a noiva siga o noivo por uma noite); (4) a festa tradicional entrega dos itens da lista.

O “preço da noiva” não pode ser visto como um pagamento. Na verdade, o “preço da noiva” é a distinção entre um casamento legal e uma união irregular nesta cultura. [...]

3. Casamento na igreja - *úsóró ndó* “festa de casamento” ou *èdídiòñ* “bênção”.

⁴ De acordo como Oliveira (2005:15): “[...] Para que esse contrato ocorra é necessário uma homologação por parte da sociedade. A esta homologação dá-se o nome de ‘casamento’ ”.

⁵ Esta enumeração é resultado de conversas com Revendo Aniedi-Abasi Okon e de um texto em ibibio que construímos juntos. É resultado também de minhas próprias observações, participando do processo de casamento de algumas pessoas.

⁶ Utilizo o termo “preço da noiva” na intenção de distingui-lo do termo “dote”. O “preço da noiva”, diferentemente do “dote”, confere um “status” alto à mulher, pois é este pagamento que estabelece o matrimônio.

4. O nascimento da primeira criança – o nascimento do primeiro filho é imprescindível para a constatação final de um matrimônio. Se o primeiro filho for menina, a família aguardará com expectativa o nascimento de um menino. Somente quando a primeira criança nasce é que os pais do marido visitam oficialmente a “área residencial” do casal⁷.

Itens gerais da "lista" para o casamento tradicional – "consulta oficial"⁸

O casamento envolve uma série de prestações – pagamentos e presentes exigidos pelos costumes no processo de estabelecer um casamento válido⁹ :

- (1) um cabrito para o pai da noiva;
- (2) um cabrito para a **ókpoñò**¹⁰ da noiva;
- (3) um cabrito para o “marido do outro mundo”¹¹;
- (4) um cabrito para a família;
- (5) uma boa quantidade de bebidas diversas para a família e para as moças da família;
- (6) uma roupa completa para o pai da noiva;
- (7) uma roupa completa para a mãe da noiva;
- (8) uma bacia e um farto pedaço de pano para a mãe da noiva;
- (9) cinco inhames gigantes;
- (10) peixe seco (uma quantidade boa);
- (11) Se a noiva é àdiàhá (1ª. Filha) ⇒ acrescentar aos itens um carneiro;
- (12) Se a noiva possui uma ókpoñò ⇒ geralmente esta mulher deve também receber vários presentes do noivo.

Outros itens podem ser incluídos, de acordo com a capacidade econômica do noivo e de acordo com o status da noiva e de sua família.

Ao se falar sobre o casamento ibíbio é importante ressaltar ainda dois outros estágios que praticamente não existem mais nos dias atuais:

- (i) “Festival das Moças Engordadas”;
- (ii) a circuncisão feminina¹².

No período do “Festival das Moças Engordadas”, era praticada a mutilação do clitóris das moças. Segundo Okoko (1988:62):

⁷ Esta “área residencial” é localizada dentro da área de residência do marido, que vive em meio a sua parentela paterna. A “área residencial” pode ser desde um simples quarto para a esposa – próximo ao aposento do marido (geralmente, as mulheres não compartilham o mesmo quarto com os maridos) – ou uma casa agregada.

⁸ Dados apreendidos de um texto construído em conjunto com Reverendo Aniedi-Abasi Okon.

⁹ Cf. Radcliffe-Brown (1978:115).

¹⁰ **Ókpoñò** é um “parentesco fictício”, estabelecido quando se nomeia uma criança com o nome de outra pessoa. Trata-se de um grande privilégio dentro da cultura ibíbia dar o nome de um filho/a a uma pessoa, pois quem tem uma criança com seu nome entra em relação de parentesco com a família da criança nomeada. A criança nomeada: (i) pode conviver por vários períodos com seu/sua **ókpoñò**; (ii) deve as mesmas considerações a seu/sua **ókpoñò** que deve a seu mãe e/ou pai; (iii) se for mulher, quando se casar, o noivo deve cumprir “prestações” a sua **ókpoñò** (a de sua noiva). Eu tenho duas meninas como minhas **ókpoñò** – **Étúk- étúk** Márcia e **Vick-Márcia**; se essas meninas e suas famílias cumprirem, por exemplo, os rituais culturais de casamento, eu participarei de todo o processo como alguém da família em papel muito próximo ao de mãe.

¹¹ A família não deve se esquecer de oferecer sacrifício para o ancestral da noiva. Este item não tem tido mais tanta força na cultura devido a presença do Cristianismo que enfraqueceu a adoração de ancestrais.

¹² A circuncisão masculina é operante na cultura ainda hoje. A circuncisão masculina não pode ser comparada à circuncisão feminina, pois é feita quando o menino nasce e, atualmente, nos centros de saúde.

“It was generally believed that a plumpy girl with rounded figures would appeal more to the taste of the husband than a thin, bony one; so, everything was done to get the girl ready for a husband. Some tribes (efik, oron, etc.) went as far as performing some surgical mutilations of the girl's clitoris (clitrectomy), but ubium, indeed ibibio people, never did it.”

O ritual da circuncisão feminina é um dia na vida de milhões de africanas que elas jamais esquecem:

“[...] A brutalidade pela qual cerca de dois milhões de meninas e adolescentes passam anualmente é praticada em pelo menos 28 países da África e, dependendo da região, a tortura varia de intensidade. No tipo de mutilação mais branda, a ponta do clitóris é cortada. Em alguns rituais, ele é integralmente extirpado (clitoridomia). Na versão mais radical, é feita uma infibulação: são retirados o clitóris e os lábios vaginais e, em seguida, o que sobrou de um lado da vulva é costurado ao outro lado, deixando-se apenas um minúsculo orifício pelo qual a mulher urina e menstrua.”

(Ferraz 1996:117)

Os ibíbios, e outras etnias de modo geral, afirmam que a circuncisão feminina é coisa do passado. No entanto, este ato não está totalmente erradicado nesta área do continente.

Antes da colonização, era comum o levirato e o sororato entre os ibíbios.

A fim de prevenir que as crianças de um marido morto ficassem com a mãe, a viúva coabitava com outro membro escolhido pela família, pois dessa forma as crianças não ficariam fora do grupo de linhagem de seu pai. Este é o caso clássico de levirato.

O sororato ocorria quando a esposa de um homem ibíbio morria e os parentes dessa mulher não podiam retornar os valores pagos por ela à família do esposo. Logo, o costume era o de dar uma das irmãs da falecida para o viúvo.¹³

Desconheço casos de sororato atuais, mas o levirato ainda é comum.

Tradicionalmente, o matrimônio só se dava dentro de uma mesma etnia, o que já não é mais levado em conta. Em viagem de campo, pudemos assistir a um casamento tradicional entre um homem oron e uma mulher annang. No discurso do representante da família do noivo (oron), enfatizou-se a importância de que a união entre grupos distintos, na constituição da família, pode favorecer a união entre esses grupos. Este é um fato recente na história desses povos, dada a belicosidade existente entre eles e a noção acirrada de etnogrupo.

Hoje, o matrimônio é uma instituição social legitimado pelo Estado: há o casamento civil. Entretanto, o casamento tradicional é o ritual mais importante dentre todos os rituais do matrimônio nesta área.

¹³ Cf. Udo (1983: 174-175).

2.4.2. Funeral

Para os “povos de Calabar”, a morte está sempre associada à sua visão de “mundo dos espíritos”. Sua concepção é de que o ser humano deve morrer idoso, cumprindo, assim, o ciclo natural da vida. Por este motivo, mortes prematuras ou fatídicas não são bem interpretadas.

Quando uma criança ou pessoa jovem morre, os ritos de funeral são restritos à família imediata e aos parentes de linhagem mais próximos. No entanto, quando um ancião, ou ancião(ã) morre os ritos são altamente elaborados. A linhagem é convocada, bem como outras linhagens vizinhas.

A seguir, apresentamos um resumo de um enterro ibibio tradicional – OLIVEIRA (2005: 37-40). Trata-se de uma tradução livre de um texto criado pelo Rev. Aniedi-Abasi Okon (ancião do clã de Ibesikpo).

“Quando uma pessoa morre entre os ibibios, a primeira coisa a ser feita é o arranjo para a preservação do corpo, que deverá ser mantido até a data da cerimônia de enterro, que será fixada. O corpo é lavado e então um “embalsamador” será chamado. O preço será acertado e ele começará o trabalho. A família enlutada, então, começa uma série de encontros para organizar todas as coisas que serão necessárias para o funeral, de acordo com suas possibilidades financeiras. (Será escolhido um “chief-mourner” – um chefe dos enlutados. Ele é geralmente, ou o filho mais velho, ou uma outra autoridade da família nuclear).

Depois dos primeiros encontros da família nuclear, a “família extensa” é então informada oficialmente, de acordo com a tradição: os membros da família nuclear compram bebidas (“palm wine” – vinho de palmeira; e uma garrafa de qualquer bebida alcoólica) e uma galinha para a “consulta” com a família extensa. (A galinha é de “pasto” e apenas uma, independente do número de pessoas convidadas). A família nuclear enlutada informa à “família extensa” quanto eles têm para realizar o funeral e quanto tempo eles querem, ou precisam para guardar o corpo. (Toda a “família extensa” irá participar de alguma forma na arrecadação de fundos para os rituais do enterro).

Depois disso, a igreja é informada oficialmente da morte e os líderes sugerem o dia do enterro (na maioria dos casos, em Ibesikpo, as pessoas têm alguma ligação com alguma igreja cristã). Após esses fatos, a família dedica-se à preparação do funeral para o dia marcado. Informações são dadas através de emissoras de rádio, através de jornais e até mesmo de emissoras de televisão. Os anúncios contêm as datas: (1) da vigília, (2) do enterro e (3) do dia de “ação de graças e memorial”.

Quando chega o dia da vigília, de manhã cedo, pessoas jovens de dentro da comunidade se encontram na casa do funeral para fixar as tendas (barracas de lona ou de plástico) e arranjar os assentos. Às seis da tarde, as pessoas começam a chegar. Às oito da noite, começa a hora devocional, liderada pelo ministro da igreja em conjunto com outros membros. A cerimônia dura até às 11 da noite. Depois que a igreja termina sua participação, grupos de corais e outros grupos cantarão e dançarão até de madrugada.

De manhã cedo, após a noite de vigília, o corpo é trazido para um recinto especial preparado para sua instalação. (Esse recinto, geralmente dentro da casa, é

todo coberto de pano branco – o teto e as paredes. No centro, sobre uma mesa, estará o caixão com o morto. Costuma-se gastar grandes quantias com o caixão e com a “ornamentação” do local. O corpo – ossos revestidos de pele devido ao tempo que ficou “guardado” e mantido para esta cerimônia – estará bem vestido dentro do caixão. Não há flores.)

A igreja inicia o culto fúnebre. Após a participação da igreja, as pessoas se colocam em fila para passarem pelo recinto especial e verem rapidamente o corpo (elas vão prestar bastante atenção no caixão e no recinto. Mais tarde, comentarão bastante sobre tudo). Os primeiros da fila são a família do morto. Após eles, os amigos e simpatizantes, os “afins” e os outros relacionados ao morto por razões de não parentesco; finalmente, os ministros (da(s) igreja(s)) e membros do concílio da igreja. Esses lideram as últimas orações, dedicando o corpo para ser enterrado. O corpo é colocado no caixão e levado para o local do sepultamento (dentro da casa, no quarto do morto, ou imediações bem próximas da casa) pela liderança da igreja. As últimas bênçãos pela alma do(a) falecido(a) e pelas vidas dos presentes são pronunciadas pelo ministro.

Após o ritual do sepultamento, todos retornam para seus lugares de origem a fim de serem servidos pela família anfitriã. Após comerem e beberem, as pessoas começam a se despedir.

(Todos irão comer e beber refrigerantes. Os convidados da(s) “mesa(s) alta(s)” serão separados dos “convidados comuns”. Ou seja, haverá diferentes tipos de comida e de bebida servidos para grupos diferentes. Como a estratificação social é sempre bem marcada nessa cultura, e em outras da área, ministros, “chefes”, professores universitários e outros considerados “elite” comporão a(s) mesa(s) alta(s). Eles beberão cerveja, ou vinho, ou outra bebida menos comum. Comerão “pounded-yam” (inhame gigante amassado no pilão) com sopa de galinha ou cabrito, etc. – ou seja, terão comidas e bebidas diferenciadas das servidas aos “comuns”. Estes, os “convidados comuns”, receberão ou “rice and steal” (arroz com molho de tomate apimentado e com um pequeno pedaço de carne – geralmente de cabrito), ou “gari” com algum molho menos elaborado. Eles beberão refrigerante.)

Na próxima manhã, as “filhas” da família se encontrarão para um ritual de acordo com a tradição. Elas iniciarão uma procissão para as casas de cada membro da linhagem, bem como para as casas dos amigos e simpatizantes. Elas recolherão uma variedade de presentes (itens comestíveis, produtos da lavoura, dinheiro) e voltarão com eles para a casa do funeral onde serão recebidas pelo “chefe dos enlutados”. Serão recebidas com honra, comerão, beberão, cantarão e dançarão para alegrar o “chefe dos enlutados” e honrar a Deus. Após dividirem os presentes recebidos, elas deixarão o lugar sem se despedirem.

No próximo dia (ou horas depois), a “família executiva” (os homens que estiveram à frente dos preparativos dos rituais) se encontrará para um relato dos totais gastos e para definirem os acertos financeiros finais. Eles dividirão as cabeças dos animais e todos os outros itens comestíveis que foram preservados para este dia, para eles, de acordo com a tradição. (A esposa do “chefe dos enlutados” tem um papel especial nesta parte do ritual. Ela deverá guardar as cabeças de alguns animais que foram sacrificados para a festa em perfeito estado. Vai fervê-los delicadamente todos os dias até que este encontro se dê.) Após comerem, serão feitas orações, preces finais, e serão invocadas bênçãos para toda a família, para os amigos e simpatizantes que contribuíram de alguma forma ou de outra para o sucesso da cerimônia do funeral. É assim que os ibibios realizam os ritos de enterro.

O texto não tratou do dia de ação de graças e memorial: nos dias atuais é raro que ele não ocorra. Trata-se de um encontro da família e dos amigos e simpatizantes em um “culto memorial”. A igreja espera que a família doe alguma oferta. No culto, serão lembrados os feitos do(a) falecido(a). É comum que todas as mulheres da família, incluindo simpatizantes e amigas, se vistam especialmente para este dia. Em muitos casos, é a própria família que encomenda os panos e a confecção das roupas. Elas são todas do mesmo estilo e da mesma cor, de modo que todos vejam que foram preparadas especialmente para essa ocasião. É mais um gasto extra acrescido, nos dias atuais, por conta do envolvimento da família nuclear com uma igreja local. Em muitos casos se oferece comida após o culto, devido às longas horas que o povo fica no recinto. Geralmente se começa às 9:00h e o término quase sempre nunca é antes das 14:00h.

Em uma de nossas muitas conversas, Reverendo Aniedi-Abassi Okon me disse: “o principal motivo porque um homem ibibio se casa é para que ele um dia tenha um funeral digno”. A declaração de Reverendo A. Okon expressa a centralidade dos rituais de casamento e de enterro na cultura ibibio. Geralmente, são apenas os “anciãos” (homens e mulheres casados e com neto/s) que têm um enterro elaborado como o descrito pelo texto acima. Isso se dá porque, após o “enterro digno”, eles se tornam os ancestrais, que desempenham papel fundamental na estrutura social e religiosa dos ibibios.

Em campo, pudemos acompanhar um funeral ibibio e observamos algumas mudanças: (i) o corpo do morto ser mantido em um hospital até o dia do enterro e não em uma área da residência; (ii) a existência de empresas organizadoras do evento, que se responsabilizam pelos equipamentos sonoros e de mídia a serem utilizados, bem como pela ornamentação da sala do morto e organização do espaço. Com isso, já percebemos o uso de ornamentos coloridos e de flores de plástico na sala do morto. Apesar dessas alterações, todos os ritos básicos dessa tradição milenar continuam.

2.5. Aspectos do Sistema Lingüístico

Os falares dos “povos de Calabar” - como os ibibios, annangs, efiks - são classificados como línguas “Lower-Cross”, da subfamília “Cross River”, sub-ramo “East Benue-Congo”, pertencente ao ramo “Proto Benue-Congo” do grande tronco lingüístico “Niger-Congo”, que abrange mais de mil línguas africanas – cf. Williamson & Blench (2000).

Urua (2000) insere línguas dos “povos de Calabar” (terminologia nossa) entre 19 variedades de línguas “Lower Cross”, traçadas a partir de uma fonte em comum chamada de *Ibibiod* por O. Essien (1990a):

Ibibiod¹⁴

Iko Ibeno Ibuoro Itu Mbonuso Ito Nkari **Anaang**
Efik **Ibibio** Ukwa Ekit Oro Okobo Ebughu Ilue Ewang-Uda
Ekit Etebi Mbo (Efai)

Segundo Essien (op. cit.), a fonte *Ibibiod* captura o relacionamento genético dentro do grupo. Devido ao alto grau de mútua inteligibilidade entre os falantes destas 19 línguas, a comunicação dentro do estado de Akwa Ibom e no estado vizinho de Cross River, onde estas línguas são faladas, não é muito problemática.

A seguir, apresentamos uma citação de Oliveira (2005:50-51) sobre a implementação dos estudos da língua ibibio:

“A língua ibibio só passou a ser considerada uma língua não ágrafa há duas décadas atrás. Até essa data, permaneceu sem escrita e desconsiderada pelo Ministério da Educação nigeriano. Sob os auspícios de uma organização cultural, uma ortografia, liderada por Okon O. Essien, foi produzida e apresentada ao Ministério de Educação do então Estado de Cross River, que oficialmente a aprovou em 12 de setembro de 1983¹⁵. Antes da publicação da ortografia em ibibio, havia um número muito limitado de estudos lingüísticos sobre esta língua, fato que se reverteu após a publicação.

Em seguida à aprovação da ortografia pelo Ministério da Educação do Estado de Cross River, ocorreu também sua aprovação pelo Ministério Federal de Educação. Este fato proporcionou o reconhecimento legal que uma língua requer para ser ensinada e usada no sistema escolar e em outros fóruns oficiais na Nigéria. Atualmente, existe um programa de alfabetização em ibibio, mas ele segue lentamente.

Antes da separação do Estado de Cross River em dois estados: Cross River e Akwa Ibom, foi criado um programa de curso para o ensino de Ibibio e aprovado o primeiro conjunto de cartilhas pelo Ministério da Educação. Com este fato, iniciou-se um interesse por publicações nesta língua. No entanto, é necessário que se dê continuidade aos estudos lingüísticos e que trabalhos significativos na área de produção de literatura ocorram, a fim de que se efetive, de fato, um programa de ensino em ibibio.

Com a criação do novo Estado de Akwa Ibom (a área do povo ibibio), foi estabelecida, na capital desse novo estado, em 1º de outubro de 1991, a Universidade de Uyo¹⁶. Um dos departamentos que compõem a sua “Faculty of Arts” é o Departamento de Lingüística e Línguas Nigerianas. Esse departamento ainda não oferece um curso voltado para a formação de professores e pesquisadores em Ibibio, mas já conta com um Curso de Mestrado que vem atraindo falantes nativos para estudarem sua própria língua.”

¹⁴ Urua (2000: 3), o negrito em Efik e Annang são nossos.

¹⁵ ver O. Essien (1990: p. xi).

¹⁶ Ekpenyong & Okoji (1998).

Efik foi a primeira língua a ser estudada nesta área da Nigéria. Na década de 80, como apontado acima, a língua ibíbio teve sua ortografia aprovada o que gerou o avanço de seus estudos lingüísticos. No entanto, outros falares como “Anaang”, “Oron”, dentre outros – ver quadro “Ibibiod” na página 13 – ainda têm pouquíssimo ou nenhum estudo atestado até então. Este fato precisa ser revertido, pois faz-se necessário empreender descrições e análises lingüísticas de todos estes falares que, socialmente falando, são considerados distintos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste seminário, abordamos alguns aspectos da estrutura social, da cultura ideológica, do sistema religioso político e do sistema lingüístico dos “povos de Calabar”. Nossa opção pelo título “povos de Calabar” foi norteada pela decisão de não queremos nos comprometer em descrever aspectos étnicolingüísticos, repartidos por cerca de 19 grupos, como pertencentes a apenas um grupo: ou Ibibio, ou Anaang, por exemplo.

Ratificamos a importância de se empreender estudos lingüísticos entre os 19 grupos etnolingüísticos que compõem a área dos “povos de Calabar”. A importância desses estudos lingüísticos podem demonstrar o grau de proximidade/ afastamento desses falares uns dos outros, definindo quais dentre eles podem ser considerados línguas e não apenas dialetos das línguas Ibibio e Efik. Esses estudos podem ainda aproximar estes povos historicamente reconhecidos como pertencentes a uma “fonte em comum” (ver Udo 1983) e viabilizar tarefas de desenvolvimento em comum da literatura escrita e da urgente tarefa de alfabetização em “língua(s) materna(s)” nesta área da Nigéria.

Como brasileiras e pesquisadoras dessa parte do continente africano, sentimo-nos impulsionadas a contribuir para a divulgação de seus aspectos lingüísticos e culturais, pois os “povos de Calabar” – e não apenas o povo Ioruba e os povos “Congo-Angola” – atestam uma relação com a formação do povo brasileiro, conforme ratificamos por meio das citações a seguir.

Segundo Petter & Caron (2005:1):

“[...] os dados demográficos referentes à população de origem africana, em muitos momentos de nossa história igual ou superior à população branca, nos incitam a investigar as eventuais marcas que seus falantes deixaram na variedade brasileira da língua portuguesa.”

Oliveira & Quint (2005:5) em trabalho onde apresentam o projeto de investigação de traços da sintaxe pronominal de línguas africanas na constituição do português brasileiro – PB – ¹⁷ lançam um pergunta, relacionada a uma das línguas dos “povos de Calabar”:

“a língua ibibio foi uma das línguas africanas transplantadas para o Brasil com o tráfico de escravos a fim de que se legitime uma comparação entre ela e o português brasileiro?”

Oliveira & Quint (2005:5,6) respondem a sua própria pergunta:

“ [...] As evidências históricas sobre a origem dos africanos transplantados para o Brasil durante o tráfico de escravos apontam que essas pessoas eram provenientes de duas regiões principais da África: (i) região ocidental – Guiné e Costa da Mina – e (ii) região sul – Angola, Congo e Moçambique. Essas duas regiões indicam a presença de línguas africanas, majoritariamente do tronco lingüístico Níger-Congo, da região compreendida pelas línguas bantas e por línguas da África ocidental. Ibibio é uma língua do tronco Níger-Congo, como visto acima, e embora não se tenha evidências históricas de que africanos ibibios tenham sido transplantados para o Brasil, a proximidade da língua ibibio com as famílias de línguas trazidas para nosso país é evidente.

[...] No entanto, não se pode descartar a hipótese de ibibio e outras línguas bem próximas terem sido línguas que auxiliaram na instauração do multilingüismo como a situação primordial em que se constituiu o PB. A área dos ibibios foi um dos centros comerciais do tráfico de escravos na Nigéria e ligado a esse fato está o de que os Ibibios são vizinhos geográficos dos iorubás. É sabida a influência da língua nigeriana iorubá no PB – os iorubás foram trazidos em grande quantidade para o Brasil. Logo, devido ao intenso comércio de escravos na “ibibiolândia”, é perfeitamente possível prever que escravos falantes de ibibio e de outras línguas (ou dialetos) faladas na “ibibiolândia” tenham sido trazidos para o Brasil com o tráfico negreiro. [...]”

Ratificando a posição de Oliveira & Quint (2005) acima com relação à importância dos estudos lingüísticos na área dos “povos de Calabar” (terminologia nossa) para se melhor compreender a participação das línguas africanas na constituição do PB, acrescentamos ainda as importantes citações de Ikiddeh (2006).

Ikiddeh (op. cit.) apresenta fortes evidências relacionadas à presença da língua e cultura dos “povos de Calabar” (terminologia nossa) no Novo Mundo a partir da diáspora:

¹⁷ Esta é uma das linhas de investigação de um projeto maior denominado: “A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro”, envolvendo pesquisadores brasileiros (USP/ UNICAMP) e franceses (CNRS/ LLACAN) – convênio CAPES/COFECUB (ver Petter & Caron 2005).

“[...] After the official abolition of the slave in 1807, the trade continued to flourish under various guises. For example, British slavers now hired ships flying Spanish and Portuguese flags to convey their human cargo to the New World [...] ... slavery had already begun to change both for the slave merchants and the slaves themselves.

A notable change was that the risks involved and the rise in prices, traders became more selective than before in the quality of slaves they paid for. They were now looking for able-bodied, hard working men and women from regions which from experience were capable of supplying human beings of that sort. Although accurate figures are not available, it is estimated that tens of thousands of slaves sailed from the ports of Old Calabar and Bonny in the last decades of the 18th century and the first few decades of the next. [...] ...That most of those slaves were Ibibio and their kindred people is perhaps stating the obvious, especially as, for utility purposes, white traders showed a preference for slaves from farming communities as against those from the fishing areas which included the Efik and the Ijaw.”

Ikiddeh (2006:435-36; o grifo é nosso)

Ikiddeh (2006) aponta que a influência dos Yorubas e de povos “Congo-Angola” no Brasil é amplamente descrita, mas ele afirma que os “povos de Calabar” não ficaram de fora desta influência:

“[...] The Yoruba influence in Brazil, especially the Bahia region, as well as in Cuba and Haiti is well known. [...] Substantial Congo-Angola influence is recorded in Brazil, especially in Rio de Janeiro Province and in Venezuela. [...]. Although observations have been made of Igbo-Calabar presence in Virginia and the Caribbean Islands, the Calabar element has received very little attention probably because being a minority group, their number was never thought large enough to have made any significant impact anywhere in the New World. In actual fact, as the rest of this paper will show, the Calabar or Ibibio-Efik group did not stay out of the picture.”

Ikiddeh (2006:425; o grifo é nosso)

Logo, esperamos que este seminário não apenas sirva como ponto de partida para um melhor entendimento desta área da Nigéria por parte dos brasileiros, mas que aponte ainda para um fato a ser melhor investigado: a influência dos “povos de Calabar” na constituição do português brasileiro e também em outros aspectos de nossa cultura.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIM SANTOS, C. An ethnolinguistic description of three 'quilombola' communities in Brazil. *USEM 2 – Journal of Languages, Linguistics and Literature*. (A sair).
- EKPENYONG, R. E. & OKOJI, M. A. (1998). Guide maps of the University of Uyo and environs. Akwa Ibom: Afahaide & Brothers.
- ESSIEN, O. *A grammar of the Ibibio language*. Ibadan: University Press, 1990.
- FERRAZ, E. Gritos do passado. *Isto É* 1416, 1996, pp. 117-120.
- IKIDDEH, I. Ibibio contribution to the emergence of black culture in the New World: a preliminary survey. In: Ikiddeh, I. *Historic essays on African literature, language and culture*. Nigeria: Minder International Publishers. 2006, p. 421-445.
- OFFIONG, D. A. The status of Ibibio chiefs. *Anthropological Quarterly*: 57 (4), 1984, pp. 100-112.
- OKOKO, E. U. *Ubiun history: customs and culture*. Calabar, Nigéria: PAICO, 1988.
- OLIVEIRA. Perguntas de Constituinte em Ibibio e a Teoria de Tipo Oracional: Aspectos da Periferia à Esquerda com Ênfase em Foco. Muenchen: LINCOM, 2005. (Studies in African Linguistics, 65).
- _____. Study of question sentence types in Ibibio: emphasis on WH questions. *USEM 2, Journal of Languages, Linguistics and Literature*. (a sair).
- OLIVEIRA, M. S. D.; QUINT, N. *Para uma investigação de traços da sintaxe pronominal de línguas africanas na constituição do Português Brasileiro*. Seminário apresentado no encontro do 2º encontro do GELA - Projeto: "Influências das Línguas Africanas na Constituição do Português Brasileiro". Manuscrito.
- PETTER, M. M. T.; CARON, B. *Projeto: a participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro*. 2005, manuscrito.
- UDO, E. A. *Who are the Ibibio?*. Singapore: Africana-FEP Publishers, 1983.
- UDOH, I. I. L. *The Languages of the South-East Zone of Nigeria: A Geopolitical Profile*. Concept: Publications. Uyo, Nigéria, 2004.
- URUA, E. E. *Ibibio phonetics and phonology*. Cape Town: Centre for Advanced Studies of African Society, 2000.
- ZANONI, D. A description of the language of Cangume – a 'quilombola' community in Brazil. *USEM 2 – Journal of Languages, Linguistics and Literature*. (A sair).
- WILLIAMSON, K. & BLENCH, R. (2000). Niger-Congo. In: B. Heine & D. Nurse (eds.) *African languages: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 11-42.